

Fundação Paulista de Assistência à Infância
"Casa Dom Gastão"

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em Reais

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	296.917,39	557.671,88
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição	4	374.888,12	83.094,15
Adiantamentos		52.247,42	48.886,30
Contas a receber		-	4.500,00
Despesas antecipadas		1.401,79	1.303,18
		<u>725.454,72</u>	<u>695.455,51</u>
Não Circulante			
Realizável em longo prazo			
Aplicações Financeiras		-	13.942,84
Imobilizado	5	1.762.655,44	1.860.560,12
		<u>1.762.655,44</u>	<u>1.874.502,96</u>
Total do ativo		2.488.110,16	2.569.958,47

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Contas e títulos a pagar	6	24.178,15	36.216,90
Obrigações trabalhistas e fiscais	7	128.201,69	176.273,25
		<u>152.379,84</u>	<u>212.490,15</u>
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social	9	2.357.468,32	2.031.011,27
(Déficit) Superávit do período		(21.738,00)	326.457,05
		<u>2.335.730,32</u>	<u>2.357.468,32</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		2.488.110,16	2.569.958,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Mariza de Fátima Assis
Diretora - Presidente
C.P.F. 060.418.308,95

Jacinta Fátima de Souza
Diretora - Financeira
C.P.F. 122.934.738-05

Flávia Roberta Mendes
Contadora - CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Fundação Paulista de Assistência à Infância
"Casa Dom Gastão"

Demonstrações do resultado dos períodos

Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em Reais

	Nota	2018	2017
Receitas das atividades de Educação			
Receitas de convênios e parcerias - PMSP -SME	10	1.129.163,25	1.079.609,46
Despesas das atividades de Educação			
Despesas com pessoal	11	(927.126,10)	(840.430,75)
Despesas administrativas e gerais	12	(599.186,27)	(489.328,99)
Despesas financeiras e bancárias		(7.040,47)	(12.821,99)
Despesas fiscais, tributárias e previdenciárias		(2.553,00)	(19.843,27)
Despesas serviços voluntários	13	(63.721,21)	(110.448,98)
		(1.599.627,05)	(1.472.873,98)
Déficit das atividades de educação		(409.678,62)	(393.264,52)
Outras receitas de captação			
Receitas de doações	14	161.192,91	414.908,42
Receitas de convênios beneficentes e assistenciais		92.922,30	90.783,76
Receitas financeiras		33.310,96	47.567,62
Receitas de campanhas e eventos sociais		27.977,67	16.157,09
Receitas de aluguéis		15.310,00	39.659,16
Receitas de serviços voluntários	13	63.721,21	110.448,98
Reversão de provisão		48.665,10	-
Outras receitas		5.625,65	196,54
		448.725,80	719.721,57
(Déficit) Superávit do período		(21.738,00)	326.457,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Mariza de Fátima Assis
Diretora - Presidente
C.P.F. 060.418.308,95

Jacinta Fátima de Souza
Diretora - Financeira
C.P.F. 122.934.738-05

Flávia Roberta Mendes
Contadora - CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Fundação Paulista de Assistência à Infância
"Casa Dom Gastão"

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em Reais

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2016	1.936.479,21	94.532,06	2.031.011,27
Incorporação à conta patrimônio social	94.532,06	(94.532,06)	-
Superávit do período	-	326.457,05	326.457,05
Saldo em 31/12/2017	2.031.011,27	326.457,05	2.357.468,32
Incorporação à conta patrimônio social	326.457,05	(326.457,05)	-
Déficit do período	-	(21.738,00)	(21.738,00)
Saldo em 31/12/2018	2.357.468,32	(21.738,00)	2.335.730,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Mariza de Fátima Assis
Diretora - Presidente
C.P.F. 060.418.308,95

Jacinta Fátima de Souza
Diretora - Financeira
C.P.F. 122.934.738-05

Flávia Roberta Mendes
Contadora - CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Fundação Paulista de Assistência à Infância
"Casa Dom Gastão"

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em Reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(21.738,00)	326.457,05
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	107.031,68	86.646,74
Resultado líquido ajustado	85.293,68	413.103,79
(Aumento) redução nos ativos		
Em adiantamentos	(3.361,12)	(3.691,82)
Em contas a receber	4.500,00	(4.500,00)
Em despesas antecipadas	(98,61)	(408,42)
Em aplicações financeiras	13.942,84	144.236,71
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas e títulos a pagar	(12.038,75)	(209.718,98)
Em obrigações trabalhistas e fiscais	(48.071,56)	18.560,73
	(45.127,20)	(55.521,78)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	40.166,48	357.582,01
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(9.127,00)	(355.302,20)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(9.127,00)	(355.302,20)
Variação do caixa e equivalentes de caixa	31.039,48	2.279,81
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	671.805,51	557.671,88
No início do exercício	640.766,03	638.486,22
Variação do caixa e equivalentes de caixa	31.039,48	(80.814,34)

Mariza de Fátima Assis
Diretora - Presidente
C.P.F. 060.418.308,95

Jacinta Fátima de Souza
Diretora - Financeira
C.P.F. 122.934.738-05

Flávia Roberta Mendes
Contadora - CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Fundação Paulista de Assistência à Infância

“Casa Dom Gastão”

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em Reais

1 Objetivos sociais

Fundação Paulista de Assistência à Infância, também designada como “Casa Dom Gastão”, C.N.P.J. 62.081.138/0001-10, instituída por Escritura Pública de 24 de outubro de 1923, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, possui caráter exclusivamente beneficente, educacional, assistencial, filantrópico e promocional, que se rege pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Fundação atua na área da Educação Básica, sendo portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, expedido pelo Ministério da Educação – MEC.

A Fundação possui os principais registros sociais, que regulamentam a sua atuação social. No âmbito estadual a Fundação é reconhecida como Utilidade Pública Estadual de São Paulo, pelo Decreto Lei nº 3.198 de 28 de agosto 1970 e Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 4.845 de 25 de agosto de 1960.

Também, é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, tendo seu último certificado deferido pelo Ministério da Educação – MEC, conforme Portaria nº 1137, publicada no DOU em 03/11/2017, com validade de **01/01/2015 a 31/12/2017**, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.000922/2017-79.

Mantendo sua regularidade para renovação do CEBAS, foi protocolado o processo administrativo de nº 23000.028119/2017-07, em 10/07/2017, o qual encontra-se em fase de análise até data de encerramento desta demonstração contábil, conforme consulta pública ao MEC em Mar/2019.

A Fundação está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob o nº 002/CMDCA/1994, conforme Resolução nº 59/CMDCA/01.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio de competência de exercício.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos bancários de livre movimentação e investimentos financeiros, demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa com restrição

Compreendem depósitos bancários restritos, decorrentes das parcerias governamentais e investimentos financeiros de curto prazo, demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

d. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras com vencimento em prazos inferiores a 12 meses são demonstradas no ativo circulante, as aplicações financeiras em prazos superiores a 12 meses, são demonstradas no realizável a longo prazo, ambas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Adiantamentos

Referem-se a créditos com funcionários provenientes de férias, cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte.

f. Contas a receber

Valores a receber decorrente de aluguéis.

g. Despesas antecipadas

Refere-se a pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal.

h. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

i. Redução ao valor recuperável

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j. Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos.

k. Provisões

Uma provisão é constituída no balanço, quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico, seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Fundação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Sem restrições		
Caixa	694,16	449,72
Bancos conta movimento	0,11	10,25
Bancos conta poupança	-	301.150,21
Aplicações financeiras	296.223,12	256.061,70
	296.917,39	557.671,88
Com restrições		
Bancos conta movimento	95.029,95	83.092,15
Bancos conta poupança	279.632,43	2,00
Aplicações financeiras	225,74	-
	374.888,12	83.094,15

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de investimentos que acompanham as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos.

5 Imobilizado

Ativo Imobilizado	Taxa média depreciação ao a.a	2018			2017
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Imóveis	4%	2.134.904,68	513.372,34	1.621.532,34	1.365.040,02
Reformas e benfeitorias em imóveis	0%	-	-	-	341.880,00
Máquinas e equipamentos	10%	7.446,42	1.081,76	6.364,66	5.250,74
Aparelhos e equipamentos telefônicos	10%	575,00	263,28	311,72	443,36
Lavanderia	10%	17.296,00	4.794,00	12.502,00	14.899,00
Condicionares de ar	10%	783,00	313,20	469,80	626,40
Copa e cozinha	10%	10.550,52	3.474,96	7.075,56	8.813,04
Equipamentos de informática	10%	4.968,17	2.388,96	2.579,21	3.773,69
Móveis e utensílios	10%	75.166,01	16.028,64	59.137,37	67.151,69
Veículos	20%	11.524,00	2.304,72	9.219,28	10.371,64
Instrumentos musicais	10%	31.395,66	7.734,48	23.661,18	27.528,42
Brinquedos e materiais esportivos	10%	20.859,20	2.309,54	18.549,66	13.198,50
Bens religiosos	0%	1.914,58	661,92	1.252,66	1.583,62
Totais		2.317.383,24	554.727,80	1.762.655,44	1.860.560,12

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2018	2017
No início do Exercício	1.860.560,12	1.591.904,66
Aquisições	9.127,00	355.302,20
Depreciação	(107.031,68)	(86.646,74)
No fim do Exercício	1.762.655,44	1.860.560,12

6 Contas e títulos a pagar

	2018	2017
Fornecedores de materiais	15.614,47	20.000,00
Fornecedores de serviços	3.439,83	2.274,06
Outras contas a pagar	5.123,85	13.942,84
	24.178,15	36.216,90

7 Obrigações trabalhistas e fiscais

	2018	2017
Salários	43.022,28	36.299,36
Provisões de férias e encargos	73.039,03	120.455,32
Encargos sobre salários	11.717,77	13.026,34
Impostos e contribuições a recolher s/ prestação de serviços	422,61	6.492,23
	128.201,69	176.273,25

8 Provisão para contingências

A Administração da Fundação não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou fiscais, bem como de outras naturezas, que requeiram a constituição de provisão para futura perda.

9 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

Os superávits da Fundação são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa 1. O Patrimônio Social acumula valores recebidos de ajustes e parcelas de superávits (déficits) de exercícios anteriores. O valor do superávit é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

b. Dissolução ou extinção

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, seu patrimônio social, descontado o passivo e respeitados os direitos e doações condicionais, será destinado à Fundação São Paulo (CNPJ 60.990.751/0001-24) ou na impossibilidade desta, à outra Fundação de igual finalidade, preferencialmente certificada pelo Ministério de Educação como entidade de assistência educacional, à escolha do Conselho de Benfeitores, com prévia análise e aprovação do Ministério Público, do Arcebispo Metropolitano de São Paulo e na forma da legislação vigente.

10 Receitas de convênios e parcerias públicas

	2018	2017
P.M.S.P. - Secretaria da Educação (a)	<u>1.129.163,25</u>	<u>1.079.609,46</u>

(a) PMSP- Secretaria Municipal de Educação - Termo de Convênio nº 008/DRE-IP/2015-RP referente Processo 2015-0.068.217-5 (validade: 01/07/2015 a 31/12/2017), renovado através do Termo de colaboração nº 1028/DRE-IP/2017 – RPP referente ao Processo SEI 6016.2017/0048888-4, vigência de 01/01/2018 pelo prazo inicial de 05(cinco) anos.

Constitui objeto do convênio o atendimento gratuito a crianças por meio do Centro Educação Infantil/Creche, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação – DRE.

11 Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(664.395,94)	(583.693,99)
Provisões de férias, 13º salário e encargos	(152.591,53)	(152.678,42)
Encargos sociais	(71.785,69)	(70.437,62)
Benefícios	(23.616,49)	(23.283,59)
Outras despesas com pessoal – verbas rescisórias	(14.736,45)	(10.337,13)
	<u>(927.126,10)</u>	<u>(840.430,75)</u>

12 Despesas administrativas e gerais

	2018	2017
Prestadores de serviços - PJ	(269.532,92)	(114.467,14)
Despesas com manutenção do imóvel	(59.158,44)	(104.584,80)
Depreciação	(107.031,68)	(86.646,74)
Alimentação	(51.425,51)	(66.329,54)
Materiais de consumo	(48.609,32)	(48.793,48)
Utilidades e serviços	(40.943,12)	(47.361,83)
Seguros	(3.120,95)	(2.994,38)
Outras	(19.364,33)	(18.151,08)
	<u>(599.186,27)</u>	<u>(489.328,99)</u>

13 Receitas (despesas) de serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Fundação Paulista de Assistência à Infância identificou e mensurou os trabalhos voluntários recebidos durante os exercícios de 2018 e 2017.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, como receita e despesa operacional nas demonstrações de resultados dos períodos.

14 Doações

	2018	2017
Associados e pessoas jurídicas	140.703,93	353.956,45
Cooperadores diversos	19.524,39	59.680,46
Donativos em gêneros	964,59	1.271,51
	<u>161.192,91</u>	<u>414.908,42</u>

15 Imunidades / Isenções tributárias usufruídas

A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do art. 195, § 7º, ambos da Constituição Federal.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, todos previstos no Estatuto Social da Fundação e seu cumprimento (operacionalização) podem ser comprovados por meio da sua escrituração contábil.

O julgamento do STF proferido em 23 de fevereiro de 2017, como procedente da ADIN nº 2018, declarou inconstitucionais as alterações na Lei 8.812/91, promovidas pela Lei 9.732/98, e determinou que a questão da regulação da imunidade tributária prevista no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal deve ser feito por lei complementar e não por lei ordinária. Desta forma, os processos do CARF que versam sobre a questão de imunidade tributária de entidades de assistência social foram suspensos.

Quanto ao PIS, procedimento comum (7) número 5004978-16.2018.4.03.6100, em decisão do plenário do STF – RE nº 636941, julgado em 13/02/2014, na sistemática da repercussão geral, ficou assentado que a imunidade tributária para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, aplica-se igualmente à contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.

A Fundação, em atendimento à ITG 2002 (R1), a título de demonstração, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) Usufruída – INSS sobre a folha de pagamento de salários e COFINS sobre as receitas de prestação de serviços.

	2018	2017
Custo da Isenção Usufruída-I.N.S.S.-Empresa	162.430,91	143.001,96
Custo da Isenção Usufruída-I.N.S.S.-RAT	16.243,09	14.300,22
Custo da Isenção Usufruída-I.N.S.S.-Terceiros	47.104,95	41.470,56
	<u>225.778,95</u>	<u>198.772,74</u>
Custo da Isenção Usufruída- PIS	<u>7.466,13</u>	<u>0,00</u>

16 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

A certificação das entidades beneficentes de assistência social é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Em 15 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.868 que entre outros alterou dispositivos da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009.

A Fundação foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) pelo processo nº 079276/1958-80 em 23 de janeiro de 1959, tendo seu Certificado de Entidade de Assistência Social original deferido em 25 de junho de 1963 conforme Processo nº 00000.028967/1963-00.

A Fundação teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) **renovado** pelo Processo nº 23000.000922/2017-79, conforme Portaria nº 1137, publicada no DOU em 03/11/2017, com validade de **01/01/2015 a 31/12/2017**.

Mantendo sua regularidade para renovação do CEBAS, foi protocolado o processo administrativo de nº 23000.028119/2017-07, em 10/07/2017, o qual encontra-se em fase de análise até data de encerramento desta demonstração contábil, conforme consulta pública ao MEC em Mar/2019.

Para atender os requisitos da legislação, Fundação utiliza-se de sua receita integral, nos serviços socioassistenciais prestados, de forma gratuita, de modo que os usuários **não contribuem** com nenhum tipo de remuneração ou contraprestação, tendo com isso a gratuidade integral dos seus serviços prestados. Portanto, a Fundação aplica inteiramente seus recursos em gratuidades, dando total cumprimento ao disposto no Artigo 13, Seção II, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Atividades desenvolvidas:

A Fundação promove o acesso à educação infantil, de acordo com o conteúdo programático do Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), especificamente às suas prioridades e metas.

A Fundação possui Certificado de Credenciamento Educacional, com atuação na área de educação, conforme Portaria nº 129 de 15/08/2017 publicada no DOC de 19/08/2017, com validade até 19 de agosto de 2020.

Os serviços prestados são oferecidos gratuitamente, para crianças na faixa etária de dois até quatro, de segunda a sexta feira, das 07:10 às 17:10 hs. Elas recebem alimentação, realizam atividades pedagógicas e de aprendizado.

O acesso ao serviço é realizado através de demanda identificada pela Secretaria da Educação e abrange usuários da região do Bom Retiro e entorno. As características marcantes dos usuários são crianças moradoras de cortiços, sendo que muitos são de origem nordestina ou imigrantes coreanos e bolivianos, que vieram para São Paulo em busca de melhor situação financeira e de vida.

No exercício de 2018 a Fundação realizou os seguintes atendimentos:

Educação Básica	2018
Número de alunos matriculados	160
Número de alunos gratuitos – 100%	160
Bolsistas integrais com perfil da Lei 12.101/2009	87

O custo do atendimento gratuito pode ser assim demonstrado:

	2018	2017
Custo do atendimento gratuito	1.538.841,87	1.472.873,98
(-) Convênio P.M.S.P. (nota 10)	<u>(1.129.163,25)</u>	<u>1.079.609,46)</u>
Gratuidade oferecida pela Fundação	<u>409.678,62</u>	<u>393.264,52</u>

* Os valores foram extraídos da Demonstração do Resultado

17 Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

18 Partes relacionadas

A Fundação não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

19 Instrumentos financeiros

A Fundação opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos a respectivos valores de mercado.

Mariza de Fátima Assis
Diretora - Presidente
C.P.F. 060.418.308,95

Jacinta Fátima de Souza
Diretora - Financeira
C.P.F. 122.934.738-05

Flávia Roberta Mendes
Contadora - CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0